



## **O NOVO NORTE**

**PROGRAMA OPERACIONAL  
REGIONAL DO NORTE**

### **Eixo Prioritário I - Competitividade, Inovação e Conhecimento**

**- Promoção da Economia Digital e da Sociedade do  
Conhecimento -**

**Criação e Divulgação de Conteúdos e Serviços on-line**

---

**Aviso para Apresentação de Candidaturas**

**- CIM-TM/EDSC/01/2009 -**



**trás-os-montes**  
comunidade intermunicipal



QUADRO  
DE REFERÊNCIA  
ESTRATÉGICO  
NACIONAL  
PORTUGAL 2007-2013



**UNIÃO EUROPEIA**

**Fundo Europeu de  
Desenvolvimento Regional**

---

## **Eixo Prioritário I - Competitividade, Inovação e Conhecimento**

### **- Promoção da Economia Digital e da Sociedade do Conhecimento -**

#### **Aviso de Abertura de Concurso para Apresentação de Candidaturas**

#### **CIM-TM/EDSC/01/2009**

Nos termos do Regulamento Específico “Economia Digital e Sociedade do Conhecimento”, a apresentação de candidaturas processa-se através de concursos, cujos avisos de abertura são definidos pelo Órgão de Gestão competente, sendo divulgados, para além dos meios legais estabelecidos, através do respectivo sítio na internet.

As informações que constam do presente Aviso devem ser integradas com o conteúdo relevante das normas comunitárias e nacionais, das orientações técnicas e do formulário da candidatura, conforme referido nos respectivos pontos do presente Aviso, alertando-se para a necessidade de conhecimento do teor integral desses documentos.

O presente Aviso para apresentação de candidaturas é definido nos seguintes termos:

#### **1. Âmbito**

O presente Aviso de Abertura de Concurso, enquadrado pelo Contrato de Delegação de Competências com Subvenção Global celebrado entre a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013 (ON.2) e a Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes, visa o financiamento de candidaturas no âmbito do Objectivo Específico “Promoção da Economia Digital e da Sociedade do Conhecimento”, através do Regulamento Específico “Economia Digital e Sociedade do Conhecimento”, integrado no Eixo Prioritário I “Competitividade, Inovação e Conhecimento” do ON.2.

Para além dos meios legais estabelecidos, o presente Aviso é divulgado no sítio na Internet do QREN ([www.qren.pt](http://www.qren.pt)) e no sítio da Internet do ON.2 ([www.novonorte.qren.pt](http://www.novonorte.qren.pt)).

#### **2. Objectivos**

De acordo com o artigo 2º do Regulamento Específico “Economia Digital e Sociedade do Conhecimento”, o domínio de intervenção visa alcançar os seguintes objectivos:

- a) Criar condições para a generalização do acesso à Internet e para a produção de conteúdos on-line de forma a permitir a prossecução dos objectivos definidos no âmbito das políticas públicas nacionais para as áreas da Sociedade da Informação e do Conhecimento contribuindo para a competitividade e afirmação das regiões portuguesas.

### **3. Âmbito territorial**

O território abrangido pelas operações a financiar no presente Aviso corresponde à NUT III Trás-os-Montes da Região Norte de Portugal, definida de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 68/2008, de 14 de Abril.

### **4. Tipologia de operações a apoiar**

As operações a financiar no âmbito do presente Aviso devem estar obrigatoriamente enquadradas pelas tipologias que foram objecto de contratualização com a Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes (conforme Anexo I do Contrato de Delegação de Competências com Subvenção Global).

Assim, no âmbito do presente Aviso são elegíveis as operações enquadradas na Criação e Divulgação de Conteúdos e Serviços on-line, designadamente, e de acordo com o artigo 3º do Regulamento Específico “Economia Digital e Sociedade do Conhecimento”, as seguintes tipologias:

- a) Projectos que visem integrarem as TIC nos processos de ensino e aprendizagem, no âmbito do Plano Tecnológico da Educação;
- b) Projectos de apoio à dinamização de novos serviços de carácter comunitário;
- c) Projectos de desenvolvimento de conteúdos e aplicações dirigidos ao melhoramento de processos e eficiência interna.

### **5. Entidades beneficiárias**

Considerando as tipologias de entidades beneficiárias previstas no artigo 4º do Regulamento Específico “Economia Digital e Sociedade do Conhecimento” e o teor da Cláusula 8ª do Contrato de Delegação de Competências com Subvenção Global, são elegíveis no âmbito do presente Aviso:

- a) Municípios.

### **6. Formalização da candidatura**

**6.1** A candidatura é apresentada à Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes, por via de submissão de formulário electrónico disponível através do sítio [www.novonorte.qren.pt](http://www.novonorte.qren.pt), mais especificamente no endereço <http://212.55.137.44/bolsasigon2candqren>, o qual deve ser devidamente preenchido e acompanhado de todos os documentos que constituem anexos obrigatórios.

As candidaturas deverão ser instruídas em conformidade com o previsto no Regulamento Específico “Economia Digital e Sociedade do Conhecimento”, no ‘Guião de Apoio ao Preenchimento do Formulário de Candidatura’ e no ‘Manual de Procedimentos do ON.2’, disponíveis no sítio do Programa acima destacado.

**6.2** A utilização do Sistema de Informação do ON.2 (SIGON.2) que disponibiliza, entre outras funcionalidades, o formulário electrónico, obriga ao prévio registo das Entidades Beneficiárias, registo este a efectuar igualmente no endereço acima destacado.

Tendo em conta a precisão da informação inserida em sede de registo, desde logo a concordância entre o NIF e a designação da Entidade constantes da base da Direcção-Geral de Contribuições e Impostos (DGCI), a Autoridade de Gestão do ON.2 valida o registo da Entidade e comunicará, por via do endereço electrónico que por esta última tiver sido fornecido em sede de registo, o Utilizador e a *Password* que lhe forem atribuídos.

## **7. Prazo para a apresentação de candidaturas**

O prazo para apresentação de candidaturas decorre entre a data de publicação do presente Aviso e as 17:30 horas do dia 01 de Fevereiro de 2010.

## **8. Financiamento das operações**

A taxa máxima de co-financiamento FEDER para as operações apoiadas no âmbito do presente Aviso de Concurso é de 70% (setenta por cento), em conformidade com a Cláusula 6ª do Contrato de Delegação de Competências com Subvenção Global.

## **9. Duração da execução das operações**

Cada operação a apresentar no âmbito do presente Aviso de Concurso deve ter uma duração máxima de 24 (vinte e quatro) meses para a respectiva execução.

## **10. Dotação orçamental**

A dotação orçamental atribuída à totalidade das operações a seleccionar no âmbito do presente Aviso de Concurso é de 511.000,00 € (quinhentos e onze mil euros) de FEDER.

## **11. Condições de admissão e aceitação dos beneficiários**

As condições de admissão e aceitação dos beneficiários são as exigidas no Regulamento Geral do FEDER e do Fundo de Coesão, bem como no artigo 5º do Regulamento Específico “Economia Digital e Sociedade do Conhecimento”.

## **12. Condições de admissão e aceitação das operações**

As operações a financiar no âmbito do presente Aviso, para além de obedecerem às condições decorrentes do Regulamento Geral do FEDER e do Fundo de Coesão, devem respeitar as condições de admissão e aceitação previstas no artigo 6º do Regulamento Específico “Economia Digital e Sociedade do Conhecimento”.

## **13. Data limite para a comunicação da admissão e aceitação da candidatura**

A comunicação aos promotores da decisão relativa à admissão e aceitação das candidaturas é efectuada no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis após o termo do prazo fixado para a sua apresentação.

## **14. Avaliação do mérito da operação**

### **14.1. Critérios de selecção**

As operações serão objecto de uma avaliação de mérito em função dos seguintes critérios de selecção definidos no artigo 7º do Regulamento Específico “Economia Digital e Sociedade do Conhecimento”, especificamente no respectivo Anexo A:

- A. Contributo para a prossecução dos objectivos definidos nos Programas Operacionais Regionais;

- B. Contribuir para a prossecução dos objectivos definidos no âmbito das políticas públicas nacionais para as áreas da Sociedade da Informação e do Conhecimento;
- C. Contributo para a inovação nos processos de ensino e aprendizagem;
- D. Qualidade e carácter inovador do projecto;
- E. Impacto socioeconómico dos projectos, atendendo designadamente à satisfação de necessidades sociais;
- F. Contributo para a dinamização, divulgação e difusão de conteúdos e aplicações em Língua Portuguesa;
- G. Contributo positivo do projecto em matéria de igualdade de oportunidades;
- H. Contributo positivo do projecto em matéria de satisfação de carências de cidadãos com necessidades especiais;
- I. Capacidade de potencializar as intervenções financiadas no âmbito do Sistema de Apoio à Modernização Administrativa;

#### 14.2. Metodologia de cálculo

Aos critérios de selecção será aplicada a seguinte metodologia de cálculo que permitirá avaliar o Mérito da Operação (MO) e proceder à respectiva hierarquização das operações:

$$MO = 0,20 A + 0,10 B + 0,10 C + 0,10 D + 0,10 E + 0,10 F + 0,10 G + 0,10 H + 0,10 I$$

As pontuações dos critérios são atribuídas numa escala que varia entre 1 e 5, sendo a pontuação final de mérito estabelecida com relevância até às duas casas decimais. Para efeitos de selecção, serão consideradas as operações que obtenham uma pontuação final igual ou superior a 3,00.

#### 15. Entidades responsáveis pela avaliação do mérito e pela decisão de financiamento

Nos termos da Cláusula 3ª - Competências Delegadas, do Contrato de Delegação de Competências com Subvenção Global, a análise do mérito da operação e a conseqüente decisão de aprovação é da responsabilidade da Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes. As decisões de aprovação ou de revogação de financiamento das operações serão posteriormente objecto de confirmação pela Autoridade de Gestão do ON.2, ou pela Comissão Ministerial de Coordenação do Programa Operacional nas situações referidas na alínea e) do nº 7 do artigo 40º do Decreto-Lei nº 312/2007, de 17 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 74/2008, de 22 de Abril.

## **16. Esclarecimentos complementares**

**16.1** A Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes pode requerer ao Beneficiário esclarecimentos e/ou elementos complementares, os quais devem ser prestados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado a partir da data em que os mesmos sejam formalmente solicitados.

**16.2** Se, findo este prazo, não forem prestados pelo Beneficiário os “esclarecimentos/elementos” requeridos, a respectiva candidatura será analisada com base na documentação disponível na Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes.

**16.3** A solicitação dos esclarecimentos e/ou elementos referidos no ponto 16.1 têm efeitos suspensivos relativamente à contagem de prazo para análise correspondente das candidaturas e, conseqüentemente, no prazo para a comunicação da decisão respectiva. Nesta situação, o prazo para a tomada de decisão é contado a partir da data em que se encontre completa a instrução correspondente de todas as candidaturas.

## **17. Data limite para a comunicação da decisão de financiamento**

No caso de não serem solicitados esclarecimentos e/ou elementos nos termos do ponto 16 anterior, a comunicação aos Beneficiários da decisão (favorável, desfavorável ou condicionada) relativa ao pedido de financiamento sobre as candidaturas admitidas e aceites é efectuada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias úteis após o termo do prazo de apresentação das candidaturas.

## **18. Divulgação pública dos resultados**

Os resultados contendo a lista de beneficiários, a designação das operações e os montantes do co-financiamento atribuído são objecto de divulgação pública no sítio da Internet [www.novonorte.qren.pt](http://www.novonorte.qren.pt).

## **19. Orientações técnicas específicas**

A Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes poderá emitir orientações técnicas específicas para pormenorização de determinadas matérias previstas no presente Aviso.

## **20. Legislação e informação relevante**

- a) Regulamento CE 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho;
- b) Regulamento CE 1828/2006 da Comissão, de 8 de Dezembro;
- c) Decreto-Lei nº 312/2007, de 17 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 74/2008, de 22 de Abril, que define o modelo de governação do QREN 2007-2013 e dos respectivos Programas Operacionais;
- d) Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão;
- e) Regulamento Específico “Economia Digital e Sociedade do Conhecimento” aprovado por Decisão da Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais Regionais;
- f) Outras informações relevantes estão disponíveis no sítio do Programa Operacional Regional do Norte ([www.novonorte.qren.pt](http://www.novonorte.qren.pt)) e no do QREN ([www.qren.pt](http://www.qren.pt)).

## **21. Obrigações e procedimentos de informação e publicidade**

Os Beneficiários de candidaturas aprovadas comprometem-se a respeitar e aplicar as obrigações e os procedimentos em vigor de informação e publicidade sobre a participação (co-financiamento) do FEDER nas intervenções, resultantes das disposições regulamentares comunitárias (Regulamentos CE 1083/2006 e 1828/2006), do “Guia de Informação e Publicidade para Beneficiários” e “Manual de Identidade” do ON.2, bem como demais normas e especificações técnicas instituídas pela Autoridade de Gestão competente em vigor à data da sua aprovação.

09 de Dezembro de 2009

A Presidente do Conselho Executivo da Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes

Berta Ferreira Milheiro Nunes